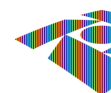


MINISTÉRIO DA
ECONOMIA

TERMO DE REFERÊNCIA
DISPENSA DE LICITAÇÃO (INC. II, ART. 75 DA LEI 14.133/21)
(COMPRAS)

DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM NITERÓI
(Processo Administrativo nº 10730.728.875/2022-01)

1. DO OBJETO

1.1. Aquisição de Água Mineral, para atender a IRF/CGZ, IRF/MCE e suas unidades vinculadas, conforme condições, quantidade e exigências estabelecidas neste Aviso de Contratação Direta e seus anexos.

ITEM	DESCRIÇÃO/ESPECIFICAÇÃO	CATMAT	UNIDADE DE MEDIDA	QUANT .
1	Água mineral potável sem gás, envasada em garrafão de policarbonato de 20 litros com lacre de segurança na tampa e invólucro, dentro dos padrões estabelecidos pelo Departamento Nacional de Produção Mineral – DNPM e Agência Nacional de Vigilância Sanitária – ANVISA. Vasilhame incluso . Prazo de validade não inferior a 06 (seis) meses contados a partir da data da entrega. Fornecimento à Delegacia da Receita Federal em Campos dos Goytacazes.	445485	Galão de 20 litros.	30
2	Água mineral potável sem gás, envasada em garrafão de policarbonato de 20 litros com lacre de segurança na tampa e invólucro, dentro dos padrões estabelecidos pelo Departamento Nacional de Produção Mineral – DNPM e Agência Nacional de Vigilância Sanitária – ANVISA. Vasilhame não incluso (mediante troca) . Prazo de validade não inferior a 06 (seis) meses contados a partir da data da entrega. Fornecimento à Delegacia da Receita Federal em Campos dos Goytacazes.	445485	Galão de 20 litros.	200
3	Água mineral potável sem gás, envasada em garrafão de policarbonato de 20 litros com lacre de segurança na tampa e invólucro, dentro dos padrões estabelecidos pelo Departamento Nacional de Produção Mineral – DNPM e Agência Nacional de Vigilância Sanitária – ANVISA. Vasilhame não incluso (mediante troca) . Prazo de validade não inferior a 06 (seis) meses contados a partir da	445485	Galão de 20 litros.	120

	data da entrega. Fornecimento à Delegacia da Receita Federal em Macaé.			
4	Água mineral potável sem gás, envasada em garrafão de polycarbonato de 20 litros com lacre de segurança na tampa e invólucro, dentro dos padrões estabelecidos pelo Departamento Nacional de Produção Mineral – DNPM e Agência Nacional de Vigilância Sanitária – ANVISA. Vasilhame não incluso (mediante troca). Prazo de validade não inferior a 06 (seis) meses contados a partir da data da entrega. Fornecimento à Agência da Receita Federal em Santo Antônio de Pádua.	445485	Galão de 20 litros.	60
5	Água mineral potável sem gás, envasada em garrafão de polycarbonato de 20 litros com lacre de segurança na tampa e invólucro, dentro dos padrões estabelecidos pelo Departamento Nacional de Produção Mineral – DNPM e Agência Nacional de Vigilância Sanitária – ANVISA. Vasilhame não incluso (mediante troca). Prazo de validade não inferior a 06 (seis) meses contados a partir da data da entrega. Fornecimento à Agência da Receita Federal em Itaperuna.	445485	Galão de 20 litros.	90

2. JUSTIFICATIVA E OBJETIVO DA CONTRATAÇÃO

2.1. Tendo em vista a publicação da Lei nº 14.133/2021, que altera a Lei nº 8.666/1993, estabelecendo normas gerais de licitação e contratação, a DRF/NIT, solicitou a aquisição desses gêneros alimentícios, conforme as condições estabelecidas neste instrumento.

2.2. A Receita Federal do Brasil adota o fornecimento de água mineral aos funcionários e contribuintes tendo em vista ser uma necessidade básica do ser humano.

2.3. Tais aquisições se fazem imprescindíveis, haja vista a necessidade de fornecimento de materiais e insumos pela DRF/NIT para suas unidades vinculadas. Sendo assim as quantidades foram estimadas baseadas na demanda anual dessas Unidades.

2.4. Os bens deverão dispor na embalagem informações quanto às suas características, tais como data de fabricação, prazo de validade, quantidade do produto, sua marca, número de referência, código do produto e modelo.

2.5. Por se tratar da aquisição de bens de pequeno valor, a presente contratação se dará por Dispensa Eletrônica de Licitação, a fim de ampliar a competitividade e racionalizar os procedimentos.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO

3.1. A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada ao longo desse Termo de Referência.

4. DA FORMA DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR, DA FORMALIZAÇÃO DA CONTRATAÇÃO E HABILITAÇÃO

4.1. O critério de contratação será através da proposta com Menor Preço Global, recebidas através de Dispensa Eletrônica de Licitação.

4.2. Nos termos do §4º do art. 7º da IN SEGES/ME Nº 65/2021, optou-se por realizar a cotação de preços concomitantemente à seleção de proposta, não sendo definido, previamente, preço estimado para contratação.

4.3. O preço estimado para a contratação será o resultado da mediana das 5 propostas com menores lances apresentados, desde que consideradas materialmente válidas.

4.4. Como parâmetro para análise da proposta mais vantajosa no momento da seleção, foi juntada aos autos pesquisa de mercado, conforme se verifica às fls. 5 a 9

4.5. Caso haja menos que 5 propostas válidas, serão consideradas para análise todas as propostas disponíveis.

4.6. Para aceitação das propostas, elas deverão cumprir as seguintes formalidades:

4.6.1. As propostas deverão conter a descrição do objeto, valor unitário e total;

4.6.2. As propostas deverão estar datadas e assinadas pelo responsável pela informação e conter:

razão social, CNPJ, endereço da empresa, endereço eletrônico (e-mail), telefone de contato, logo da empresa e dados bancários para efetuação do pagamento.

4.7. No ato da contratação, e em cumprimento ao disposto na Portaria ME nº 1.144 de 03 de fevereiro de 2021, no seu art. 5º, inciso V, fica o representante legal de pessoa jurídica, obrigado a assinar declaração atestando a ausência de relação familiar ou de parentesco que importe a prática de nepotismo os termos do disposto no inciso II do art. 2º da referida Portaria, observadas as vedações e exceções à configuração do nepotismo previstas nos arts. 3º e 4º do Decreto nº 7.203, de 04 de junho de 2010.

4.8. Será dispensado o termo de contrato, sendo o mesmo substituído por Nota de Empenho de Despesa, para formalização das contratações oriundas desse processo licitatório.

4.9. A habilitação jurídica e as regularidades fiscal e trabalhista da empresa que ofertar o menor preço global será verificada por meio do SICAF;

4.9.1. Caso algum item do SICAF esteja com a validade vencida, a DRFNIT consultará os sites oficiais dos emissores de certidões ou solicitará que a empresa envie a certidão;

5. ENTREGA E CRITÉRIOS DE ACEITAÇÃO DO OBJETO

5.1. O prazo de entrega dos materiais será de 10 (dez) dias úteis, a partir da solicitação, contados do recebimento da Nota de Empenho, nos seguintes endereços:

Item 1	- Avenida Rui Barbosa, 975, Centro - Campos dos Goytacazes - RJ .	Aos cuidados de Maria Tereza Ribeiro Muniz.
Item 2	- Avenida Rui Barbosa, 975, Centro - Campos dos Goytacazes - RJ .	Aos cuidados de Maria Tereza Ribeiro Muniz.

Item 3	- Rua Dr. Francisco Portela, 569 – A – 2 andar – Centro – Macaé – RJ.	Aos cuidados e Monica da Silva Barbosa
Item 4	Av. Chaim Elias, 10 – Tavares, Santo Antônio de Pádua – RJ.	Aos cuidados de Clovis Marchito Picinini
Item 5	Av. Cardoso Moreira, 623 – Centro, Itaperuna – RJ.	Aos cuidados de Jefferson Braga Zampier.

5.1.1. As entregas deverão ocorrer no período compreendido entre 10h e 16h.

5.2. O objeto deverá ser entregue na forma do subitem acima e sua aceitação estará condicionada a verificações das conformidades entre os produtos ofertados na proposta, que foram aprovados pela Administração, e os produtos efetivamente recebidos.

5.3. O objeto será recebido provisoriamente no prazo de 2 (dois) dias úteis, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta.

5.3.1. O recebimento provisório, será através da aferição do recebimento do bem demandado.

5.4. O objeto poderá ser rejeitado, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 5 (cinco) dias úteis, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

5.5. O objeto será recebido definitivamente no prazo de 5 (cinco) dias, contados do recebimento provisório, após a verificação da conformidade do bem com a Proposta Comercial da empresa vencedora do certame, e consequente aceitação mediante termo circunstanciado.

5.5.1. O recebimento definitivo dar-se-á através da análise das especificações dos produtos ofertados, e anuído pela Administração, no momento da apresentação da proposta, de acordo com as especificações mínimas deste Termo de Referência, e com as especificações dos bens que foram efetivamente recebidos.

5.5.2. Caso os itens não apresentem as especificações da proposta, será realizada comunicação à empresa para troca imediata dos mesmos, assim como, alertá-la para a possível necessidade de trocas ao longo do período de garantia.

5.5.3. Ocorrendo a rejeição, a empresa contratada será comunicada formalmente, e deverá ofertar novo objeto, de acordo com o presente Termo de Referência, no prazo de 05 (cinco) dias.

5.5.4. Caso a empresa contratada não oferte novo objeto, a empresa será considerada desclassificada, com o cancelamento da respectiva Nota de Empenho

5.6. Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem 5.5 não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.

5.7. O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato.

6. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

6.1. São obrigações da Contratante:

6.1.1. Encaminhar formalmente a demanda por meio de Nota de Empenho de Despesa, de acordo com os critérios estabelecidos neste Termo de Referência;

6.1.2. Receber o objeto no prazo e condições previstas neste Termo de Referência;

6.1.3. Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos bens recebidos provisoriamente com as especificações constantes no Termo de Referência, para fins de aceitação e recebimento definitivo;

6.1.4. Comunicar à Contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido;

6.1.5. Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de servidor especialmente designado;

6.1.6. Efetuar o pagamento à Contratada no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos neste Termo de Referência;

6.2. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

7. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

7.1. A Contratada deve cumprir todas as obrigações constantes neste Termo de Referência e na sua proposta, assumindo, como exclusivamente seus, os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto e, ainda:

7.1.1. Efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes neste Termo de Referência, acompanhado da respectiva nota fiscal, na qual constarão as indicações referentes a: marca, fabricante, procedência e prazo de garantia ou validade;

7.1.2. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);

7.1.3. Substituir, às suas expensas, no prazo fixado no subitem 5.4, o objeto com avarias, defeitos, ou em desacordo com as especificações deste documento.

7.1.4. Comunicar à Contratante, no prazo máximo de até 24 (vinte e quatro) horas antes da data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

7.1.5. Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no momento da emissão da nota de empenho;

7.1.6. Indicar preposto para representá-la durante a execução do contrato.

7.1.7. Atender prontamente quaisquer orientações e exigências da Contratante, inerentes à execução do objeto contratual;

7.1.8. Reparar quaisquer danos diretamente causados à contratante ou a terceiros por culpa ou dolo de seus representantes legais, em decorrência da relação aqui estabelecida, de acordo com os artigos 12, 13 e

17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor, não excluindo ou reduzindo a responsabilidade da Administração;

7.1.9. Proporcionar todos os meios necessários à fiscalização do contrato pela Contratante, cujo representante terá poderes para sustar o fornecimento, total ou parcial, em qualquer tempo, sempre que considerar a medida necessária;

7.1.10. Não transferir a outrem, no todo ou em parte, a execução do objeto;

7.1.11. Cumprir rigorosamente os prazos estipulados no Termo de Referência.

8. DA SUBCONTRATAÇÃO

8.1. Não será admitida a subcontratação do objeto licitatório, tendo em vista que o objeto é o fornecimento de bens (insumos).

9. DA ALTERAÇÃO SUBJETIVA

9.1. É admissível a fusão, cisão ou incorporação da contratada com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original; sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; não haja prejuízo à execução do objeto pactuado; e haja a anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.

10. DO CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO

10.1. Será designado representante para acompanhar e fiscalizar a entrega dos bens, anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução e determinando o que for necessário à regularização de falhas ou defeitos observados.

10.2. A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos.

10.3. O representante da Administração anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

11. DO PAGAMENTO

11.1. O pagamento será realizado no prazo máximo de até 5 dias úteis, contados a partir do recebimento da Nota Fiscal ou Fatura, através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta-corrente indicados pelo contratado.

11.2. Considera-se ocorrido o recebimento da nota fiscal ou fatura no momento em que o órgão contratante atestar a execução do objeto do contrato.

11.2.1. O ateste da execução do objeto se dará após o recebimento definitivo.

11.3. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais.

11.3.1. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do fornecedor contratado, deverão ser tomadas as providências previstas no art. 31 da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.

11.4. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal ou dos documentos pertinentes à contratação, ou ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, como por exemplo, obrigação financeira pendente, decorrente de penalidade imposta ou inadimplência, o pagamento ficará sobrestado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante.

11.5. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

11.6. Antes de cada pagamento à contratada, será realizada consulta ao SICAF para verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas neste Termo de Referência

11.7. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade da contratada, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da contratante.

11.8. Previamente à emissão de nota de empenho e a cada pagamento, a Administração deverá realizar consulta ao SICAF para identificar possível suspensão temporária de participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas, observado o disposto no art. 29, da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.

11.9. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da contratada, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

11.10. Persistindo a irregularidade, a contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à contratada a ampla defesa.

11.11. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso a contratada não regularize sua situação junto ao SICAF.

11.11.1. Será rescindido o contrato em execução com a contratada inadimplente no SICAF, salvo por motivo de economicidade, segurança nacional ou outro de interesse público de alta relevância, devidamente justificado, em qualquer caso, pela máxima autoridade da contratante

11.12. No momento do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

11.12.1. A Contratada regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

11.13. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento e desde que a Contratada não tenha concorrido de alguma forma para isso, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pela Contratante, entre a data do vencimento e o efetivo adimplemento da parcela, é calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

$EM = I \times N \times VP$, sendo:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

$I = (TX) I = (6 / 100) I = 0,00016438$

TX = Percentual da taxa anual = 6% 365

12. DA GARANTIA DE EXECUÇÃO

12.1. Não haverá exigência de garantia contratual da execução, pelas razões abaixo justificadas:

12.1.1. Não haverá necessidade de garantia de execução, uma vez que o objeto da contratação será cumprido no momento da entrega do material e o pagamento se dará após o seu recebimento definitivo.

13. DA GARANTIA CONTRATUAL DOS BENS

13.1. O prazo de garantia contratual dos itens a serem adquiridos, complementar à garantia legal, é de no mínimo 12 (doze) meses, ou pelo prazo fornecido pelo fabricante, se superior, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data do recebimento definitivo dos materiais, contra qualquer defeito de fabricação que o material venha a apresentar, incluindo avarias no transporte até o local de entrega, vício de qualidade etc., mesmo depois de ocorrida sua aceitação/aprovação pela DRFNIT;

13.2. Tratando-se de vício oculto, o prazo de garantia dos itens, iniciar-se-á no momento em que ficar evidenciado o defeito, nos termos do parágrafo 3º, do art. 26 da Lei nº 8.078/1990;

13.3. Uma vez notificada, a Contratada realizará a substituição dos bens que apresentarem vício ou defeito no prazo de até 10 (dez) dias úteis, contados a partir da data de retirada do objeto das dependências da Administração pela Contratada;

13.4. O prazo indicado no subitem anterior, durante seu transcurso, poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, mediante solicitação escrita e justificada da Contratada e aceita pelo Contratante;

13.5. Decorrido o prazo para substituições sem o atendimento da solicitação do Contratante ou a apresentação de justificativas pela Contratada, fica o Contratante autorizado a contratar empresa diversa para executar a substituição do bem, assim como exigir da Contratada o reembolso pelos custos respectivos, sem que tal fato acarrete a perda da garantia dos equipamentos;

13.6. O custo referente ao transporte dos materiais cobertos pela garantia será de responsabilidade da Contratada e,

13.7. A garantia legal ou contratual do objeto tem prazo de vigência próprio, permitindo eventual aplicação de penalidades em caso de descumprimento de alguma de suas condições, mesmo depois de expirada a vigência contratual.

14. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

14.1. As sanções administrativas a serem aplicadas são aquelas previstas no Aviso de Dispensa Eletrônica, da qual este Termo de Referência é anexo.

15. DA ESTIMATIVA DE PREÇOS E PREÇOS REFERENCIAIS

15.1. Conforme mencionado no item 4.3, a presente contratação não terá seu preço estimado definido previamente, sendo este apurado concomitantemente à seleção da proposta.

16. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

16.1. As despesas para atender a esta dispensa estão programadas em dotação orçamentária própria, prevista no orçamento da União para o exercício de 2022, na classificação abaixo:

Gestão/Unidade: 00001/170121

Fonte: 0150251030

PTRES: 171552

Programa de Trabalho: 04122003220000001

Natureza de Despesa: 339030

Subelemento: 07

Plano Interno: OUTRCUSTEIO

17. DISPOSIÇÕES FINAIS

17.1. O Termo de Referência da respectiva contratação será disponibilizado através do sistema de dispensa eletrônico.

17.2. Dúvidas e questionamentos relativos à dispensa eletrônica, deverão ser encaminhados para:

jonas.gallito@rfb.gov.br e valtair.silva@rfb.gov.br

(DATADO E ASSINADO DIGITALMENTE)

JONAS SOARES GALLITO

SEPOL/DRFNIT

De acordo. APROVO o Termo de Referência.

(DATADO E ASSINADO DIGITALMENTE)

Auditor Fiscal da Receita Federal do Brasil

Delegado ou Delegado Substituto

Ordenador de Despesas Titular ou Substituto



Ministério da Economia

PÁGINA DE AUTENTICAÇÃO

O Ministério da Economia garante a integridade e a autenticidade deste documento nos termos do Art. 10, § 1º, da Medida Provisória nº 2.200-2, de 24 de agosto de 2001 e da Lei nº 12.682, de 09 de julho de 2012.

A página de autenticação não faz parte dos documentos do processo, possuindo assim uma numeração independente.

Documento produzido eletronicamente com garantia da origem e de seu(s) signatário(s), considerado original para todos efeitos legais. Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001.

Histórico de ações sobre o documento:

Documento juntado ao processo em 30/06/2022 15:02:15 por Jonas Soares Gallito.

Documento assinado digitalmente em 30/06/2022 16:48:05 por ALEXANDRE CORREA LISBOA e Documento assinado digitalmente em 30/06/2022 15:02:15 por JONAS SOARES GALLITO.

Esta cópia / impressão foi realizada por JONAS SOARES GALLITO em 30/06/2022.

Instrução para localizar e conferir eletronicamente este documento na Internet:

1) Acesse o endereço:

<https://cav.receita.fazenda.gov.br/eCAC/publico/login.aspx>

2) Entre no menu "Legislação e Processo".

3) Selecione a opção "e-AssinaRFB - Validar e Assinar Documentos Digitais".

4) Digite o código abaixo:

EP30.0622.20073.4IYF

5) O sistema apresentará a cópia do documento eletrônico armazenado nos servidores da Receita Federal do Brasil.

Código hash do documento, recebido pelo sistema e-Processo, obtido através do algoritmo sha2:

1F7332D24AD020BF08A02C337A46469DB96C53D22494C96474C649D674966B59